

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 10-04-2003

SANTA JOANA – CAPITAL DO CONCELHO

[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like Almeida, Almeida, and others.]

Aos dez dias do mês de Abril, do ano dois mil e três, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Santa Joana, sob a Presidência do Sr. Presidente, Dr. Alberto Afonso Souto de Miranda, e com a presença dos Srs. Vereadores Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Eng.ª Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Dr. Manuel Fernando Ferreira Rodrigues, Dr.ª Marília Fernanda Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira, Dr. Joaquim Manuel da Silva Marques, Dr. Amândio Canha, em substituição do Eng.º Ângelo Pereira Pires e Dr. Luis Miguel Capão Filipe.

Pelas 19.00 horas foi declarada aberta a presente reunião.

CÂMARA MUNICIPAL - CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES RELATIVOS AO ANO DE 2002:

- Foram presentes ao Executivo os documentos em epígrafe, os quais foram previamente distribuídos, tendo o Sr. Presidente dado nota que a Conta de Gerência relativa ao ano findo, apresenta um saldo da gerência anterior, em dinheiro, da conta operações de tesouraria, de quatrocentos e oitenta e nove mil quinhentos e setenta e nove euros e setenta e seis cêntimos, e da conta execução orçamental, de quatrocentos e vinte e três mil oitocentos e vinte e quatro euros e setenta e sete cêntimos; em documentos de cobrança, da conta operações de tesouraria, onze mil oitocentos e cinquenta e seis euros e trinta e um cêntimos, e da conta execução orçamental, sessenta e sete mil oitocentos e noventa euros e vinte e seis cêntimos; uma receita em operações de tesouraria, de dois milhões quatrocentos e cinquenta mil quinhentos e setenta e quatro euros e oitenta e um cêntimos e, em receitas orçamentais, de sessenta e dois milhões novecentos e noventa e cinco mil quatrocentos e sessenta euros e nove cêntimos; uma despesa em operações de tesouraria, de dois milhões quatrocentos e um mil setecentos e vinte e nove euros e trinta e nove cêntimos, e em operações orçamentais, de sessenta

e dois milhões novecentos e quarenta e dois mil cento e trinta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos; e um saldo para a gerência seguinte, em dinheiro, da conta operações de tesouraria, de quinhentos e trinta e oito mil quatrocentos e vinte e cinco euros e dezoito cêntimos, e da conta execução orçamental, quatrocentos e setenta e sete mil cento e cinquenta euros e vinte e um cêntimos.

Submetidos ambos os documentos à votação, foi deliberado, considerar os mesmos aprovados, com quatro votos contra dos Srs. Vereadores Domingos Cerqueira, Dr. Joaquim Marques, Dr. Amândio Canha e Dr. Capão Filipe.

Nos termos do que estabelece a alínea c), do nº 2, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos agora aprovados vão ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

O Srs. Vereadores Domingos Cerqueira, Dr. Joaquim Marques e Dr. Amândio Canha, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Foi-nos apresentado e solicitada a nossa apreciação aos documentos Relatório de Actividades e Conta de Gerência deste Executivo, referentes ao período de 2002.

Antes de mais, os Vereadores do PSD no Executivo, querem manifestar o seu desagrado e completo desacordo com o procedimento de distribuição da documentação supra citada, porquanto se entendemos ter-nos sido facultado o tempo de análise adequado em relação ao documento Conta de Gerência, o mesmo já não aconteceu em relação ao documento Relatório de Actividades, que somente nos foi facultado com 23 horas (?) de antecedência, face à convocação da reunião de análise e votação dos referidos documentos, pelo que aqui lavramos o nosso voto de protesto por tal conduta.

Os Vereadores do PSD no Executivo que subscrevem esta declaração, depois de atenta leitura e análise do documento Conta de Gerência, decidiram realizar os seguintes comentários:

1º Ressalta logo numa leitura superficial do mesmo, a baixa taxa de execução orçamental, taxa esta que se situou abaixo dos 50% face ao projectado no plano de Actividades e Orçamento aprovado para o ano em análise.

2º O inflacionar de orçamentos de forma exagerada, aliás como fizemos referência aquando da sua apresentação, permitem momentos de glória e de grande visibilidade, só que a demagogia com que se promete acaba por morrer nos areais do incumprimento, em ressacas amargas, onde a realidade é composta de vazio de frustração e desilusão.

3º São 62 páginas de enunciação de dívidas a empresas privadas e instituições que perfazem o total de 23.543.070,10€. São mais de 2100 documentos de dívidas e facturas cujo valor, pasme-se, vai dos meros 3€ aos 573.249,43€. São credores dos mais diversos assuntos, devem-se abonos, terrenos expropriados, comidas/refeições, publicidade, arvoredo, relva, adubos, etc.

4º Das dívidas às instituições ressaltam as Escolas do Ensino Básico, passando pelas Juntas, o que compromete o bom nome dos seus presidentes, Bombeiros – os Bombeiros Sr. Presidente !!! - IPSS, Associações desportivas recreativas e culturais, etc.

5º O que nos choca mais, Sr. Presidente, são as dívidas às Instituições de saúde dos trabalhadores. Sr. Presidente à ACASA a CMA tinha dívidas superiores a 300.000€ e à ADSE a Câmara tinha indevidamente retidos valores superiores a 170.000€

6º Receamos Sr. Presidente que algumas destas entidades, afim de reaverem os seus créditos, algum dia recorram ao já tristemente celebre "Cobrador de Fraque".

7º Sr. Presidente, quando se deve o primeiro a fazer é liquidar a dívida.

8º O que nos leva a falar, não é o sermos contra o Sr. Presidente, mas sim a obrigação de zelar pelo bom nome da CMA, o que V/ Exa não está a conseguir preservar.

9º O PSD diz basta a esta forma de gestão. Afinal, não é só o País que está em estado de tanga, Aveiro e a sua Câmara estão de tanga, dizemos mais já se encontra nua.

10º Errar, para nós, é humano e compreensível, mas insistir no erro é irresponsabilidade.

Assuma quem quiser ser conivente com esta forma de gestão.

11º Sempre estivemos, no PSD, disponíveis para acordos com vista a conter a despesa e ao controlo da dívida, e mais disponíveis estaremos para, essencialmente, negociar a dívida existente. Relembramos o Sr. Presidente que propusemos a V/ Exa a contratação de um empréstimo para fazer face à dívida, o Sr não o quis.

12º Em resumo, Sr. Presidente, votamos contra este documento e esta forma de gestão que está a levar o Município de Aveiro para um enorme buraco sem fundo, sendo que ao mesmo tempo pretendemos chamar à atenção das gentes de Aveiro para o descalabro em que a CMA se está a meter. Lembramos aos mais distraídos que a dívida corrente aumentou 78% face a 2001 para os 23,5 milhões de euros.

13º Pelas razões atrás aduzidas, acrescida da não disponibilização do documento em tempo útil para estudo e análise, o nosso parecer é negativo em relação ao documento Relatório de Actividades.

Finalmente, vendo e lendo o que agora se nos oferece auditar, a constatação do descontrolo das contas e da dívida é de tal ordem que ao PSD nada mais resta que votar contra e, se nos permite Sr. Presidente, damos-lhe um conselho:

Faça um esforço sério para apresentar planos e orçamentos mais próximos da realidade. Os Vereadores do PSD."

O Sr. Vereador Dr. Capão Filipe apresentou também a seguinte declaração de voto:

"Em relação à Conta de Gerência, permitam-nos os seguintes comentários, salientando alguns aspectos relevantes.

O endividamento bancário líquido aumentou cerca de € 15.700.000.

Das receitas correntes e de capitais, e comparando com o orçamentado, notam-se os seguintes desvios:

	Real	Orçamento	Desvio
Receitas correntes			
0100 Impostos directos			
0104 Sisa	5.737.521,77 €	8.500.000,00 €	-32,50%
0106 Derrama	3.563.575,57 €	6.000.000,00 €	-40,61%
0200 Impostos indirectos			
0201 Actividades em mercados	- €	500.000,00 €	-100,00%
0204 Publicidade	150.047,95 €	500.000,00 €	
0207 Emolumentos, vistorias e taxas	333.322,63 €	1.500.000,00 €	-77,78%
0300 Taxas, multas e outras penalidades			
030101 Actividades em mercados	232.124,88 €	480.000,00 €	-51,64%
030102 Loteamentos	419.561,94 €	2.800.000,00 €	-85,02%
030103 Ocupação da via pública	154.130,44 €	540.000,00 €	-71,46%
Outras receitas correntes	15.055.033,55 €	14.841.904,00 €	1,44%
Sub-total	25.645.318,53 €	35.661.904,00 €	-28,09%
Receitas de capital			
1001 Terrenos	8.166.009,57 €	42.750.483,00 €	-80,90%
1002 Habitação	71.685,29 €	500.000,00 €	-85,66%
1003 Outros edificios	- €	1.379.176,00 €	-100,00%
Outras receitas de capital	29.112.446,70 €	51.121.416,00 €	-43,05%
Sub-total	37.350.141,56 €	95.751.075,00 €	-60,99%
Total	62.995.460,09 €	131.412.979,00 €	-52,06%

Taxa de execução **47,94%**

Quanto às despesas correntes e de capitais, é óbvio que não se pode fazer a maior parte do que estava orçamentado, pois além da receita ter sido diminuta, duas das componentes da despesa não puderam ser reduzidas: os salários e o estádio.

Os desvios são significativos em praticamente todas as verbas.

Relativamente aos empréstimos, nota-se e a necessitar de explicações quanto às seguintes verbas:

- 100 000€ de juros não pagos em 2002
- 20 000 € de juros de mora não pagos em 2002
- 600.000 € de prestações vencidas acumuladas.

Handwritten signatures and initials:
A.H. (top left)
Luis (top right)
J. (middle)
J. (bottom right)

Será que a CMA não poderá vir a constar de uma qualquer lista de incumprimento?

Os fornecedores representam cerca de 23 500 000 € de dívidas da CMA. Nos mapas, não constam e supostamente deveria constar pois existe uma coluna para tal efeito, o motivo de atraso.

Finalmente, pensamos que aos vereadores deveria ser distribuído um documento mais profundo, com informações complementares e mais detalhadas, e não apenas os mapas que são remetidos ao Tribunal de Contas.

De entre essas informações, poderiam constar as seguintes:

Antiguidade dos saldos de fornecedores e de outros credores

Justificação para todos os desvios orçamentais superiores a 10%

Outra questão, com que base foi elaborado o orçamento 2003? No orçamentado, ou no executado de 2002?

Por último, com uma taxa de execução orçamental inferior a 50%, demonstrou um optimismo incompreensível na receita, que não foi atingida, prejudicando evidentemente as despesas programadas.

Voltamos a afirmar que os orçamentos, tanto quanto possível, não devem reflectir, como tem sido costume nos últimos anos, um mero plano político de intenções mas antes um plano realista de execução, sem ferir a ambição de inscrição de rubricas no interesse de Aveiro.

Em relação ao Relatório de Actividades, e com o pouco tempo disponível para a sua apreciação (de algumas horas e outros tantos minutos) continuamos com o mesmo parecer de há um ano atrás, fariamos, parafraseando diferentes slogans "Mais e Melhor" e sobretudo "Como Deve Ser".


Apesar destes dois documentos se tratarem de relatórios técnicos e referentes ao transcorrido, mas pela reincidência dos defeitos e das omissões e até da continuidade gravosa de defeito temporal para apreciação de um deles, de um ano

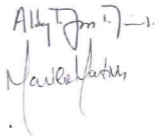
para outro, o nosso voto tem nesta oportunidade de expressar uma rejeição clara e pedagógico através do voto CONTRA em ambos."

APROVAÇÃO EM MINUTA: - Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do que dispõe o n.º 3, do Art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a qual foi lida e distribuída por todos os Membros da Câmara e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 22.00 horas.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que eu, , João Carlos Vaz Portugal, Director do Departamento Administrativo, Jurídico e de Pessoal da Câmara Municipal de Aveiro, subscrevo.



Teatro Aveirense, L.da
Rua Belém do Pará
AVEIRO

REUNIÃO DE

03/04/10

- A Câmara tomou
conhecimento.

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO
DE
RESULTADOS

ANEXO
2002

Balanço em 31 de Dezembro de 2002

Valores em Euros

Código de contas		Activo	Exercícios			
CEE	POC		2002		2001	
C			AB	AP	AL	AL
I	43+4416+449	Imobilizado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
II	42+4416+448	Imobilizações incorpóreas	177.459,20 €	111.041,46 €	66.417,74 €	70.134,51 €
III	41+4416+447	Imobilizações corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		Investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
			177.459,20 €	111.041,46 €	66.417,74 €	70.134,51 €
D		Circulante	0,00 €		0,00 €	0,00 €
I	32 e 37	Existências	0,00 €		0,00 €	0,00 €
II	21+22+24+25+25	Dividas a terceiros	0,00 €		0,00 €	0,00 €
		Médio e longo prazo	0,00 €		0,00 €	0,00 €
		Curto prazo	18.430,98 €		18.430,98 €	45.474,44 €
III	15+18	Títulos negociáveis	0,00 €		0,00 €	0,00 €
IV	11 e 14	Depósitos bancários e caixa	21.681,78 €		21.681,78 €	4.484,33 €
			40.112,76 €	0,00 €	40.112,78 €	49.958,77 €
E	27	Acrescimos e diferimentos			0	0
		Total do Activo	217.571,96 €	111.041,46 €	106.530,50 €	120.093,28 €

Código de contas		Capital próprio e passivo	Exercícios	
CEE	POC		2002	2001
A				
I	51	Capital próprio:	99.759,50 €	99.759,50 €
	53	Capital	0,00 €	0,00 €
II	54	Prestações Suplementares	0,00 €	0,00 €
III	56	Prémios de emissão de acções (quotas)	0,00 €	0,00 €
IV	571	Reservas de Reavaliação	0,00 €	0,00 €
	52+53+56+5729	Reservas legais	5.439,44 €	5.439,44 €
V	59	restantes reservas e outros capitais próprios	45.347,57 €	45.347,57 €
		resultados transitados	-42.826,24 €	23.940,61 €
		Subtotal	107.720,35 €	174.487,20 €
VI	88	Resultado líquido do exercício	-72.213,55 €	-66.766,85 €
	89	Dividendos antecipados	0,00 €	0,00 €
		Total do capital próprio	35.506,80 €	107.720,35 €
B	29	Passivo	0,00 €	0,00 €
		Provisões para riscos e encargos	0,00 €	0,00 €
C	21+22+23+24+25+26	Dividas a terceiros:	61.782,28 €	3.131,81 €
		Médio e longo prazo	0,00 €	0,00 €
		Curto prazo	61.782,28 €	3.131,81 €
D	27	Acrescimos e diferimentos	9.241,42 €	9.241,42 €
		Total do passivo	71.023,70 €	12.372,93 €
		Total do capital próprio e do passivo	106.530,50 €	120.093,28 €

Aveiro, 31 de Março de 2003

Idéia
Técnicos Officiais de Contas, Lda

O Técnico Oficial de Contas
[Assinatura]

Gerência
[Assinatura]

Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2002

Valores em Euros

Código de contas		Custos e perdas	Exercícios	
CCE	POC		2002	2001
A				
2.a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00 €	0,00 €
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos	5.925,78 €	7.601,37 €
3		Custos com pessoal	5.925,78 €	7.601,37 €
3.a)	641+642	Remunerações	44.936,28 €	44.289,43 €
3.b)	643 a 648	Encargos sociais (1)	17.542,06 €	10.959,26 €
4.a)	66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	3.716,76 €	3.716,76 €
4.b)	67	Provisões	0,00 €	0,00 €
5	63	Impostos	89,67 €	129,44 €
5	65	Outros custos e perdas operacionais	0,00 €	0,00 €
		(A)	72.210,55 €	66.696,26 €
6	683+684	Amortizações e provisões de aplicações e invest. financeiros	0,00 €	0,00 €
7	(2)	Juros e custos similares	3,00 €	20,71 €
		(C)	72.213,55 €	66.716,97 €
10	69	Custos e perdas extraordinárias	0,00 €	49,88 €
		(E)	72.213,55 €	66.766,85 €
8+11	86	Impostos sobre o rendimento do exercício	0,00 €	0,00 €
		(G)	72.213,55 €	66.766,85 €
13	88	Resultado líquido do exercício	-72.213,55 €	-66.766,85 €
			0,00 €	0,00 €
B				
Provetos e ganhos				
1	71+72	Vendas e prestações de serviços	0,00 €	0,00 €
2	(3)	Variação da produção	0,00 €	0,00 €
3	75	Trabalhos para a própria empresa	0,00 €	0,00 €
4	74	Subsídios à exploração	0,00 €	0,00 €
4	73+76	Outros provetos e ganhos operacionais	0,00 €	0,00 €
		(B)	0,00 €	0,00 €
5	784	Rendimentos de participações de capital	0,00 €	0,00 €
6	(4)	Rendimentos de títulos neg. e de outras aplic. financeiras	0,00 €	0,00 €
7	(5)	Outros juros e provetos similares	0,00 €	0,00 €
		(D)	0,00 €	0,00 €
9	79	Provetos e ganhos extraordinários	0,00 €	0,00 €
		(F)	0,00 €	0,00 €
RESUMO	Resultados operacionais: (B) - (A)=		-72.210,55 €	-66.696,26 €
	Resultados financeiros: (D-B) - (C-A)=		-3,00 €	-20,71 €
	Resultados correntes: (D) - (C)=		-72.213,55 €	-66.716,97 €
	Resultados antes de impostos: (F) - (E)=		-72.213,55 €	-66.766,85 €
	Resultado líquido do exercício: (F) - (G)=		-72.213,55 €	-66.766,85 €

(1) Evidenciar os custos de "Pensões", quando for caso disso.

(2) 681 + 685 + 686 + 667 + 668

(3) Diferença algébrica entre existências finais e iniciais de "Produtos acabados e intermédios" (C/33), "Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos" (C/34) e "Produtos e trabalhos em curso" (C/35), tomando ainda em consideração o movimento registado em "Regularização de existências" (C/36)

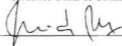
(4) 7812 + 7815 + 7816 + 783

(5) 7811 + 7813 + 7814 + 7818 + 785 + 786 + 787 + 788

Aveiro, 31 de Março de 2003


 Auditores Officiais de Contas, Lda

O Técnico Oficial de Contas



A Gerência



Anexo ao Balanço e à demonstração de resultados do exercício de 2002

3.- Os critérios valorimétricos utilizados foram os do custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes no cálculo das reintegrações e amortizações pela taxa máxima legal.

7.- Número médio de empregados ao serviço no exercício:

Em virtude da inactividade da empresa, apenas estiveram ao serviço duas pessoas do órgão do Conselho de Administração.

10 A.- Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões:

Rubricas	Imobilizações incorpóreas	Imobilizações Corpóreas	Investimentos Financeiros
Activo Bruto			
Saldo Inicial		177.459,20 €	
Reavaliações			
Aumentos			
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo Final	0,00 €	177.459,20 €	0,00 €
Amortizações e provisões			
Saldo Inicial		107.324,70 €	
Reforços		3.716,76 €	
Regularizações			
Saldo Final	0 €	111.041,46 €	0,00 €

Valores em Euros

23.- O valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluído na rubrica Clientes ascende a 3.248,41 Euros.

40.- Ocorreu ainda os seguintes movimentos em rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	23.940,61 €	0,00 €	66.766,85 €	-42.826,24 €
Resultado líquido do exercício	-66.766,85 €	0,00 €	5.446,70 €	-72.213,55 €

Valores em Euros

Aveiro, 31 de Março de 2003

Ideia
Técnicos Oficiais de Contas, Lda

O Técnico Oficial de Contas


A Gerência
